

ação na mídia

Análise da cobertura de educação



Edição nº 21 - 31 de julho de 2007

veja as
edições
anteriores

Cobertura de greves não aprofunda informações sobre piso salarial de professores

O mês de julho, período das férias escolares, não parece ter sido propício à cobertura dos temas educacionais. Ocupação no Complexo do Alemão, caos aéreo, desastre em Congonhas e jogos Pan-Americanos foram assuntos que dominaram o noticiário, mas ainda assim algumas pautas importantes relacionadas à educação tiveram destaque nos jornais.

Em alguns estados, as atenções estiveram voltadas para greves de professores. Foi o caso de Bahia e Pernambuco, que viveram longas greves de educadores das redes estaduais. Na Bahia, o jornal *A Tarde* destacou-se pela frequência com que abordava o tema. Mas o enfoque adotado coincidiu com o do *Correio da Bahia* e dos três principais jornais pernambucanos (*Jornal do Commercio*, *Folha de Pernambuco*, *Diário de Pernambuco*). Todos estavam voltados a relatar o conflito com os respectivos governadores, o corte de ponto dos professores em greve, as manifestações públicas e o calendário de reposição de aulas – temas que, sem dúvida, merecem ser abordados.

Faltou, porém, mergulhar nos detalhes das negociações entre governo e professores. Nos dois casos, as reivindicações eram basicamente salariais. Segundo os jornais, os professores baianos pediam 17,28% de aumento e o governo concordava em concedê-lo apenas aos profissionais com salário-base inferior ao salário mínimo. Em Pernambuco, os professores pediam aumento de 16% e uma correção especial para quem ganha abaixo do salário mínimo; o governo oferecia abono de 50% do salário no final do ano. Há professores pernambucanos que recebem R\$ 260 e técnicos com vencimento de R\$ 177.

Os veículos poderiam ter aprofundado a discussão sobre a necessidade e a importância de um piso salarial para professores e profissionais da educação. O tema é bastante atual, tendo em vista que a lei que regulamenta o Fundeb estipula que o piso salarial nacional para professores deve ser aprovado até 30 de agosto.

Em Pernambuco, por exemplo, os jornais contentavam-se, em reproduzir a informação dada pelo sindicato de que o salário do professor no estado é o menor do país e declarações ameaçadoras do governador. Uma exceção foi uma nota de 12 linhas publicada em uma coluna política do *Diário de Pernambuco*. O texto ironizava a declaração feita pelo governador durante a visita do ministro da Educação a Recife de que o estado “seria o primeiro a pagar o piso de R\$ 850”, proposto pelo governo federal no Plano de Desenvolvimento da Educação, sendo que ainda “existe professor ganhando menos de R\$ 300 (salário base)”.

Assim, no contexto de reivindicação salarial por parte dos professores e de resistência em conceder aumentos por parte dos governos, seria importante ter investigado os impactos e conseqüências das propostas de implantação do piso

salarial nacional para as respectivas redes estaduais. O governo federal propõe vencimentos de R\$ 850 para uma jornada de 40 horas por semana. O relator do projeto de lei em tramitação na Câmara dos Deputados já sugeriu manter os R\$ 850 e reduzir a carga horária para 25 e, mais recentemente, criar duas categorias de professores com vencimentos diferenciados: R\$ 900 para profissionais com formação de nível médio e R\$ 1.100 com formação de nível superior.

Denúncias sobre Brasil Alfabetizado

Em São Paulo, na primeira semana de julho, os jornais do Grupo Estado (*Jornal da Tarde* e *O Estado de S. Paulo*) trouxeram uma série de matérias sobre irregularidades no funcionamento de turmas formadas por convênio com organizações não governamentais. Os jornalistas investigaram casos de alunos e turmas fantasmas, alfabetizadores sem pagamento e atraso no início das aulas. Como consequência das denúncias, o Ministério da Educação anunciou a suspensão do repasse dos recursos a 59 ONGs de São Paulo e a antecipação de uma auditoria prevista para o final do ano.

Após essas decisões, o *Jornal da Tarde* publicou uma outra denúncia (atraso de cronograma do Brasil Alfabetizado por organização ligada ao MST) e, em seguida, o tema saiu da pauta dos jornais. Também vale destacar que a questão não chegou a ser repercutida com destaque em nenhum outro veículo impresso. O tema apareceu apenas em uma nota de 12 linhas no dia 4 de julho no jornal *Folha de S. Paulo* e em uma pequena entrevista de Regina Esteves, superintendente-executiva da ONG Alfabetização Solidária à coluna de Hugo Studart, na revista *Isto É* (1º de agosto). A coluna fala da “devassa nas contas” da entidade feita pelo MEC, mas não relaciona a auditoria com as denúncias feitas no começo do mês.

Apagão no ensino médio

Por fim, vale destacar um tema nacional que apareceu em alguns jornais e também na revista *Carta Capital*. Trata-se do estudo feito por integrantes do Conselho Nacional de Educação sobre a falta de professores no ensino médio no Brasil e o anúncio de um possível “apagão educacional”. *Carta Capital* entrevistou o conselheiro Mozart Nereu Ramos, que detalhou as principais sugestões feitas ao MEC no documento.

O levantamento apareceu pela primeira vez no dia 3 de julho em reportagem na *Folha de S. Paulo* e, no dia seguinte, em editorial no mesmo jornal. O levantamento chegou a ser destaque também no *Jornal da Tarde*, no *Diário de Cuiabá*, no *Correio Braziliense*, no *Diário Catarinense* e em *A Gazeta* (ES). A *Folha* deu mais destaque aos números do levantamento. O *Jornal da Tarde* priorizou ouvir comentários aos dados do relatório. Já o *Correio*, que abordou o tema em editorial, afirmou que as medidas propostas como solução ao “apagão educacional” (criação imediata de um piso nacional para o professor de ensino médio e aproveitamento dos estudantes de licenciatura nas disciplinas em que há déficit de docentes, entre outras) são defendidas há muito tempo, mas nunca implementadas.

Já o *Diário Catarinense* (10 de julho) e o capixaba *A Gazeta* (23 de julho) publicaram artigo sobre a questão. O primeiro foi assinado por Marta Vanelly, diretora da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e conselheira do Conselho Estadual de Educação. Sobre o relatório, ela afirma que “o surpreendente é que a solução mais importante é abordada no documento, mas não tiveram “coragem” de apontá-la como medida emergencial: melhorar os salários”. O segundo autor é Edebrando Cavalieri, professor de Filosofia na UFES, que propõe pensar meios para incentivar os jovens a ingressarem em cursos de licenciatura.

além da pauta

Piso salarial de professores - sugestões de fontes

Márcia Angela Aguiar – professora da UFPE e presidente da ANPED
marcia_angela@uol.com.br / (81) 3271-8327

José Marcelino Rezende – professor da USP e colaborador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Boa fonte para falar da importância do piso salarial de trabalhadores em educação na definição de um financiamento adequado para a educação.
jmrpinto@ffclrp.usp.br / (16) 3602-3732

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)
(61) 3225-1003

João Monlevade – assessor da Comissão de Educação do Senado
monlevad@senado.gov.br / (61) 3311-4257

Dep. Severiano Alves (PDT-BA) – relator do PL 619/07 que cria o piso salarial nacional
(61) 3215-5738

Dep. Carlos Abicalil (PT-MT)
(61) 3215-5623

Boletim quinzenal produzido pelo Observatório da Educação
Contato: fone (11) 3151-2333, ramais 175 e 170
Equipe: [Mariângela Graciano](#) (coordenação), [Marina Gonzalez](#) (redação) e [Rafael Godoi](#) (pesquisa)

